

CIBEC/INEP



B0010889

ECOLOGIA DOMÉSTICA: SUBSÍDIOS PARA UMA PROPOSTA CURRICULAR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

3.512.14:64
7e

COORDENAÇÃO
NACIONAL
DO ENSINO
AGROPECUÁRIO

SÉRIE
PEDAGÓGICA

03

Presidente da República Federativa do Brasil
João Figueiredo

Ministro da Educação e Cultura
Eduardo Portella

MEC / INEP
SIBE - CIBEC

ECONOMIA DOMÉSTICA: SUBSÍDIOS PARA UMA PROPOSTA CURRICULAR

LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS PROBLEMAS RELATIVOS A
HABILITAÇÃO DE ECONOMIA DOMÉSTICA A NÍVEL DE 2º GRAU-
SUBSÍDIOS PARA UMA MUDANÇA CURRICULAR



Secretária da Secretaria de Ensino de 1? e 2? Graus

Zílma Gomes Parente de Barros

Diretor-Geral da COAGRI

Oscar Lamounier Godofredo Junior

Presidente do Conselho Técnico-Administrativo

Evaldil Carlos Brunharo

Diretor-Executivo

Pedro Caram Zuquim

B823e Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário. Economia doméstica; subsídios para uma proposta curricular. Brasília, MEC/DDD, 1980.

36 p.

1. Ensino de 2º grau — currículos. 2. Economia Doméstica. I. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Documentação e Divulgação, II. Título.

CDU 371.214.1:64

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
COORDENAÇÃO NACIONAL DO ENSINO AGROPECUÁRIO

ECONOMIA DOMÉSTICA: SUBSÍDIOS PARA UMA PROPOSTA CURRICULAR

LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS PROBLEMAS RELATIVOS À
HABILITAÇÃO DE ECONOMIA DOMÉSTICA A NÍVEL DE 2º GRAU -
SUBSÍDIOS PARA UMA MUDANÇA CURRICULAR

Departamento de Documentação e Divulgação
Brasília, DF - 1980

DIVISÃO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL - GENAFOR

Gerente

A. Julião R. Marques

Equipe Técnica

Serviço de Programação de Material Instrucional

Responsável

Hebe Mancini Nicolau

Coordenação Técnica

Jane Margareth de Castro

Especialistas Contratados

Ruy Rocha Cunha

Stalina Teixeira C. Gama

Maria da Penha Costa Vasconcellos

Diagramação: Luiza Kotaira Taira



Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário — COAGRI
SAGS - Av. L/2 Sul - Q. 604 C - Lote 28
70.200- Brasília-DF

Impresso pela Editora Gráfica Brasileira Ltda. SIG --
Q. 04 - Lote 175 - Brasília-DF

APRESENTAÇÃO

Este documento pretende ser uma contribuição do CENAFOR e da COAGRI tendo em vista a revisão dos objetivos e das funções básicas da habilitação de Economia Doméstica.

A identificação pela COAGRI dos problemas e dificuldades que cercam a Economia Doméstica foi fundamental para que este órgão solicitasse do CENAFOR a elaboração deste estudo.

Este trabalho é, pois, uma tentativa de alertar todos os profissionais que, direta ou indiretamente, atuam na área para a premência de se redimensionar a Economia Doméstica.

Esperamos que a abordagem feita possa lançar novas perspectivas que sirvam de subsídios para a reelaboração de uma proposta curricular, qualitativamente nova, e que justifique o técnico em Economia Doméstica como agente de transformação nas comunidades em que atua.

Brasília, março de 1980

Oscar Lamounier Godofredo Junior
Diretor-Geral da COAGRI

DIVISÃO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL - CENAFOR

Gerente

A. Julião R. Marques

Equipe Técnica

Serviço de Programação de Material Instrucional

Responsável

Hebe Mancini Nicolau

Coordenação Técnica

Jane Margareth de Castro

Especialistas Contratados

Ruy Rocha Cunha

Stalina Teixeira C. Gama

Maria da Penha Costa Vasconcellos

Diagramação: Luiza Kotaira Taira



Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário - COAGRI SAGS - Av.
L/2 Sul - Q. 604 C - Lote 28 70.200 - Brasília-DF

Impresso pela Editora Gráfica Brasileira Ltda. SIG - Q.
04 - Lote 175 - Brasília-DF

APRESENTAÇÃO

Este documento pretende ser uma contribuição do CENAFOR e da COAGRI tendo em vista a revisão dos objetivos e das funções básicas da habilitação de Economia Doméstica.

A identificação pela COAGRI dos problemas e dificuldades que cercam a Economia Doméstica foi fundamental para que este órgão solicitasse do CENAFOR a elaboração deste estudo.

Este trabalho é, pois, uma tentativa de alertar todos os profissionais que, direta ou indiretamente, atuam na área para a premência de se redimensionar a Economia Doméstica.

Esperamos que a abordagem feita possa lançar novas perspectivas que sirvam de subsídios para a reelaboração de uma proposta curricular, qualitativamente nova, e que justifique o técnico em Economia Doméstica como agente de transformação nas comunidades em que atua.

Brasília, março de 1980

Oscar Lamounier Godofredo Junior
Diretor-Geral da COAGRI

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	9
2- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: A ECONOMIA DOMÉSTICA	11
2.1 — Análise a Partir dos Textos Consultados	12
2.2 — Considerações a Respeito do Técnico em Economia Doméstica	14
2.3 — Conclusões: Objetivo e Funções do Técnico em Economia Doméstica .	15
3- COLETA DE DADOS	19
3.1 — Resultados das Entrevistas	20
A - PARTE GERAL	20
A.1 — Implantação dos Cursos	20
A.2 — Formação do Aluno	21
A.3 — Formação do Profissional	22
B - OBJETIVOS.....	22
B.1 — Objetivos do Profissional a Ser Formado	22
B.2 — Clientela, Objetivos e Áreas de Atuação do Profissional .	23
C - FUNÇÃO.....	24
C.1 — Passos da Ação Profissional	24
C.2 — Conteúdo da Ação do Profissional nas Diversas Áreas .	25
C.3 — Participação da Clientela no Trabalho do Técnico	26
D - MERCADO DE TRABALHO	26
D.1 — Dificuldade na Obtenção de Emprego na Região	26
D.2 — Atuação do Profissional.....	27
D.3 — Itens Específicos	27
E - ATIVIDADES DOCENTES	27
F - CONSIDERAÇÕES GERAIS	29
4- CONCLUSÃO.....	31
4.1 — Variáveis que Devem ser Consideradas na Montagem de um Currículo .	33
5- BIBLIOGRAFIA	36

1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve por objetivo estudar a habilitação técnica de Economia Doméstica, numa tentativa de detectar os elementos norteadores na montagem de um currículo referente a esta habilitação.

Neste sentido, foram realizadas entrevistas com profissionais da área, em diversas escolas técnicas localizadas em diferentes pontos do Brasil.

Estas entrevistas tiveram por finalidade obter uma descrição, por mais geral que fosse, das atividades do técnico que implicassem uma definição desse tipo de profissional, de suas funções e de sua área de atuação na realidade.

Além disso, pareceu interessante verificar o processo de implantação dos cursos técnicos de Economia Doméstica: com que objetivos, quando, em que circunstâncias.

A partir da análise destes dados e de alguns pressupostos, chegou-se a uma definição geral do trabalho do técnico em Economia Doméstica, de suas funções e de algumas áreas prioritárias de atuação.

Os pressupostos acima referidos podem ser definidos da seguinte maneira:

— a necessidade de conhecer o modelo econômico que orienta o desenvolvimento do País;

— a necessidade de o profissional — qualquer que ele seja — estar atento à dinâmica que ocorre na realidade e saber analisá-la criticamente ao implementar a sua ação.

O presente trabalho se apresenta como uma proposta para ser discutida e analisada pelos profissionais envolvidos direta ou indiretamente com a área de Economia Doméstica.

2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: A ECONOMIA DOMÉSTICA

Uma das primeiras coisas a que os textos, de modo geral, remeteram foi o fato de que as Ciências Domésticas se ressentiam de uma definição plausível. Ao lado disso, era quase uma constante a afirmação do curso de Economia Doméstica como formador de donas-de-casa. Alguns deles, no entanto, ao levar a discussão para um nível mais analítico e mais profundo, buscam um elemento norteador de orientação do trabalho profissional e comumente o encontram na administração familiar vista como administração de recursos disponíveis para a consecução dos objetivos da família.

Foster, ao tratar da Economia Doméstica no Ensino Secundário, afirma que ele visa ao preparo para três tipos de oportunidades. Todos eles são, *pela sua natureza*, profissionais e vocacionais" (página 4; grifos nossos). A primeira oportunidade seria a preparação para trabalhos imediatos, tais como cuidado de crianças em casa ou em instituições, venda de alimentos, demonstração de produtos, costura, etc. A segunda é a preparação para ser dona-de-casa. "A terceira *serve* para influenciar a *estudante* a continuar sua educação em Economia Doméstica, completando o ciclo secundário e ingressando em universidade" (página 4; grifos nossos).

O texto de Foster, em sua parte básica, foi preparado a pedido dos Ginásios Industriais para seu programa de Economia Doméstica. Independentemente de que possa ter havido certa confusão quando a autora fala de programa para o Ensino Secundário, a tônica é o preparo para funções no lar ou em função de equilíbrio no orçamento familiar mediante atividades de certa forma relacionadas com Economia Doméstica.

Interessante verificar:

1. — a clientela do curso é caracterizada como sendo feminina; e
2. — a função de orientação para a profissão é considerada como secundária.

Camargo (1970) define Economia Doméstica como "o campo de conhecimentos e de serviços destinados a promover o desenvolvimento integral do País:

- a) promovendo a Família, através da educação do homem para a vida familiar e comunitária;
- b) melhorando os recursos à disposição da família e sua maneira de utilizá-los;
- c) desenvolvendo pesquisas para identificação das necessidades do homem e soluções para o equacionamento dessas necessidades; e
- d) participando no desenvolvimento da comunidade" (página 3).

A seguir, comentando a importância da educação em Economia Doméstica, pergunta (página 4): "E a mulher? Que papel desempenhará no desenvolvimento do País? Qual a oportunidade que lhe será oferecida? Ela que vem dedicando o seu tempo integral para dar aos membros da sua família um ambiente caseiro, agradável,

harmonioso — refúgio de guerreiros que labutam na agricultura, comércio e indústria — que arruma-lhes o leito diariamente, cozinha, costura, lava e passa, colaborando deste modo para aumentar a renda da família.

A mulher deste século aparece no seu período de independência na fase de maior equilíbrio, lutando ombro a ombro com o homem, buscando a realização de seus ideais - UM LAR."

Nessa linha de raciocínio, a autora responde que assumindo a mulher papel preponderante na sociedade, acentuado pelo desejo de conquistar seu verdadeiro lugar no lar, "como administradora, orientará, planejará, executará e avaliará as atividades domésticas desempenhadas por todos os membros da família, a saber: nas áreas cultural, social e econômica" (página 4),

Economia Doméstica não é, para Camargo, um campo de trabalho profissional com um corpo singular de conhecimentos, habilidades e éticas, "...as experiências e situações de aprendizagem em Economia Doméstica serão planejadas no sentido de alertar o educando para aspectos tais como interdependência de todas as pessoas na comunidade, a vida em família, a organização do Estado, do País e assuntos mundiais" (página 5).

A última afirmação conduz a vôos muito altos. Fica claro, no entanto, que a formação em Economia Doméstica está voltada para a mulher no lar. Não como possibilidade de independência ou emancipação, mas apenas como um maior arraigamento às atividades caseiras, utilizando-se de recursos da administração, proporcionadas pela evolução da técnica e da ciência.

A qualidade de estudos como os de Foster e de Camargo está em que refletem um certo tipo de realidade e de mentalidade. Esclarecem-nos sobre a natureza do ensino de Economia Doméstica em diversas escolas e a quem serviriam basicamente os conhecimentos e habilidades de Economia Doméstica.

Talvez houvesse necessidade de se recorrer a uma primeira noção do conceito de Economia Doméstica. Fontoura não-lo dá (1966), explicando que primitivamente a forma de economia foi a doméstica, isto é, a economia familiar, dentro do lar. Metodologicamente, no entanto, Fontoura está preocupado em realizar um estudo evolutivo de Economia Doméstica como atividade humana.

Verifica-se, de qualquer modo, que, em muitos casos, o conceito de Economia Doméstica ainda é retirado desse primeiro tipo de economia realizado na espécie humana.

2.1 — Análise a partir dos Textos Consultados

A primeira fase do trabalho teve como objetivo um entendimento a respeito do técnico em Economia Doméstica e chegar a identificar o seu objetivo e suas funções básicas. Pela análise dos textos, pudemos verificar a discordância existente em relação à definição do trabalho do técnico que, a nosso ver, estava sendo controlada pela transposição do curso de Economia Doméstica originado nos Estados Unidos sem um levantamento mais cuidadoso da realidade brasileira. Nos Estados Unidos, o curso surgiu com o objetivo de dar conhecimentos à dona-de-casa (Medina) para que pudessem resolver seus problemas originados por:

- chegada de imigrantes e Migração interna;
- dificuldades na transmissão de tradições referentes ao papel da mulher no lar, de mãe para filha;
- a necessidade de entrada da jovem no mercado de trabalho para ajudar no orçamento familiar; e

- a modificação da situação da mulher no lar, passando de atividades desenvolvidas em casa para atividades fora de casa (página 41).

Segundo Medina, desses problemas surgiu uma associação de mulheres para resolver o que estava ocorrendo. E este seria o fator mais importante a ser considerado. "Havia uma estreita relação entre a preocupação profissionalizante e um grande número de pessoas interessadas naquele tipo de problema; havia uma vinculação direta entre o que se discutia e determinada população".

No Brasil, embora os problemas sejam semelhantes, não há necessidade expressa da mulher em se atualizar nas atividades do lar.

No entender de Medina, "... grande parte da população (brasileira) não sabe ainda o que é ser família, nunca aprendeu a sê-lo, porque nunca viveu em família, na concepção que nós temos do que ela seja, isto é, do que a classe média e rica do País entende por família.

Na realidade, o autor está examinando o problema da família no Brasil à luz de um fato fundamental que diferencia a realidade da família brasileira hoje daquela existente nos Estados Unidos por volta do começo deste século. No Brasil, hoje, pode-se lidar com, pelo menos, duas concepções sobre a família, tomadas daquilo que é vivenciado pelas famílias de modo geral.

Tem-se, em primeiro lugar, o modelo de família das classes alta e média que, além dos recursos que seus rendimentos permitem usufruir, consiste numa estruturação tradicional, com seus problemas solucionados, em grande parte, com apoio, inclusive, da família extensa. De outra parte, uma ampla camada populacional de baixa renda, cujos problemas se colocam não ainda ao nível da família mas ao da luta pela própria sobrevivência, ainda está à procura de recursos e não de meios como utilizá-los.

Como situar, então, a atuação do Economista Doméstico cujo objetivo, do modo como tinha sido transplantado, era o de orientar as famílias a administrar recursos, se, de um lado, a família tradicional não necessita de seus préstimos pelo fechamento de que se ressente, e, de outro, a família de baixa renda possui poucos recursos passíveis de serem administrados ou não tem uma consciência nítida dos recursos que estão em disponibilidade na sociedade em que vivem?

Então, um problema levantado era uma identificação da atuação do técnico e uma caracterização da clientela a ser atendida.

Em decorrência dessa identificação, houve uma tendência em criar especializações dentro do campo de Ciências Domésticas, aproveitando as oportunidades de trabalho cada vez mais diferenciadas. De acordo com Cebotarev (1974), isto é importante para Ciências Domésticas como profissão, mas critica a "falta de um conceito unificante e dominante para manter essas especialidades" (página 5).

Assim, era também necessário identificar um elemento que norteasse o trabalho dentro das Ciências Domésticas a fim de que não houvesse uma interferência em outras áreas afins, como por exemplo Ciências Sociais.

Cebotarev (1974) justifica a administração do lar como o elemento norteador das Ciências Domésticas discutindo o conceito de família e a sua função. Segundo a autora, a família é o foco central das Ciências Domésticas e a unidade social que está mais intimamente relacionada com a sobrevivência e o bem-estar dos seus membros, no sentido de melhoria de qualidade de vida. Além disso, o alcance do que é chamado "qualidade de vida" está intimamente relacionado com a eficiência com que a família "realiza um certo número de serviços na vida privada dos indivíduos. Famílias fortes e bem ajustadas são capazes de proporcionar a maior parte do apoio material, econômico, emocional e social e de serviços necessários para seus membros individuais e são, por

harmonioso — refúgio de guerreiros que labutam na agricultura, comércio e indústria — que arruma-lhes o leito diariamente, cozinha, costura, lava e passa, colaborando deste modo para aumentar a renda da família.

A mulher deste século aparece no seu período de independência na fase de maior equilíbrio, lutando ombro a ombro com o homem, buscando a realização de seus ideais - UM LAR."

Nessa linha de raciocínio, a autora responde que assumindo a mulher papel preponderante na sociedade, acentuado pelo desejo de conquistar seu verdadeiro lugar no lar, "como administradora, orientará, planejará, executará e avaliará as atividades domésticas desempenhadas por todos os membros da família, a saber: nas áreas cultural, social e econômica" (página 4).

Economia Doméstica não é, para Camargo, um campo de trabalho profissional com um corpo singular de conhecimentos, habilidades e éticas, "...as experiências e situações de aprendizagem em Economia Doméstica serão planejadas no sentido de alertar o educando para aspectos tais como interdependência de todas as pessoas na comunidade, a vida em família, a organização do Estado, do País e assuntos mundiais" (página 5).

A última afirmação conduz a vôos muito altos. Fica claro, no entanto, que a formação em Economia Doméstica está voltada para a mulher no lar. Não como possibilidade de independência ou emancipação, mas apenas como um maior arraigamento às atividades caseiras, utilizando-se de recursos da administração, proporcionadas pela evolução da técnica e da ciência.

A qualidade de estudos como os de Foster e de Camargo está em que refletem um certo tipo de realidade e de mentalidade. Esclarecem-nos sobre a natureza do ensino de Economia Doméstica em diversas escolas e a quem serviriam basicamente os conhecimentos e habilidades de Economia Doméstica.

Talvez houvesse necessidade de se recorrer a uma primeira noção do conceito de Economia Doméstica. Fontoura não-lo dá (1966), explicando que primitivamente a forma de economia foi a doméstica, isto é, a economia familiar, dentro do lar. Metodologicamente, no entanto, Fontoura está preocupado em realizar um estudo evolutivo de Economia Doméstica como atividade humana.

Verifica-se, de qualquer modo, que, em muitos casos, o conceito de Economia Doméstica ainda é retirado desse primeiro tipo de economia realizado na espécie humana.

2.1 — Análise a partir dos Textos Consultados

A primeira fase do trabalho teve como objetivo um entendimento a respeito do técnico em Economia Doméstica e chegar a identificar o seu objetivo e suas funções básicas. Pela análise dos textos, pudemos verificar a discordância existente em relação à definição do trabalho do técnico que, a nosso ver, estava sendo controlada pela transposição do curso de Economia Doméstica originado nos Estados Unidos sem um levantamento mais cuidadoso da realidade brasileira. Nos Estados Unidos, o curso surgiu com o objetivo de dar conhecimentos à dona-de-casa (Medina) para que pudessem resolver seus problemas originados por:

- chegada de imigrantes e migração interna;
- dificuldades na transmissão de tradições referentes ao papel da mulher no lar, de mãe para filha;
- a necessidade de entrada da jovem no mercado de trabalho para ajudar no orçamento familiar; e

- a modificação da situação da mulher no lar, passando de atividades desenvolvidas em casa para atividades fora de casa (página 41).

Segundo Medina, desses problemas surgiu uma associação de mulheres para resolver o que estava ocorrendo. E este seria o fator mais importante a ser considerado. "Havia uma estreita relação entre a preocupação profissionalizante e um grande número de pessoas interessadas naquele tipo de problema; havia uma vinculação direta entre o que se discutia e determinada população".

No Brasil, embora os problemas sejam semelhantes, não há necessidade expressa da mulher em se atualizar nas atividades do lar.

No entender de Medina, "... grande parte da população (brasileira) não sabe ainda o que é ser família, nunca aprendeu a sê-lo, porque nunca viveu em família, na concepção que nós temos do que ela seja, isto é, do que a classe média e rica do País entende por família.

Na realidade, o autor está examinando o problema da família no Brasil à luz de um fato fundamental que diferencia a realidade da família brasileira hoje daquela existente nos Estados Unidos por volta do começo deste século. No Brasil, hoje, pode-se lidar com, pelo menos, duas concepções sobre a família, tomadas daquilo que é vivenciado pelas famílias de modo geral.

Tem-se, em primeiro lugar, o modelo de família das classes alta e média que, além dos recursos que seus rendimentos permitem usufruir, consiste numa estruturação tradicional, com seus problemas solucionados, em grande parte, com apoio, inclusive, da família extensa. De outra parte, uma ampla camada populacional de baixa renda, cujos problemas se colocam não ainda ao nível da família mas ao da luta pela própria sobrevivência, ainda está à procura de recursos e não de meios como utilizá-los.

Como situar, então, a atuação do Economista Doméstico cujo objetivo, do modo como tinha sido transplantado, era o de orientar as famílias a administrar recursos, se, de um lado, a família tradicional não necessita de seus préstimos pelo fechamento de que se ressente, e, de outro, a família de baixa renda possui poucos recursos passíveis de serem administrados ou não tem uma consciência nítida dos recursos que estão em disponibilidade na sociedade em que vivem?

Então, um problema levantado era uma identificação da atuação do técnico e uma caracterização da clientela a ser atendida.

Em decorrência dessa identificação, houve uma tendência em criar especializações dentro do campo de Ciências Domésticas, aproveitando as oportunidades de trabalho cada vez mais diferenciadas. De acordo com Cebotarev (1974), isto é importante para Ciências Domésticas como profissão, mas critica a "falta de um conceito unificante e dominante para manter essas especialidades" (página 5).

Assim, era também necessário identificar um elemento que norteasse o trabalho dentro das Ciências Domésticas a fim de que não houvesse uma interferência em outras áreas afins, como por exemplo Ciências Sociais.

Cebotarev (1974) justifica a administração do lar como o elemento norteador das Ciências Domésticas discutindo o conceito de família e a sua função. Segundo a autora, a família é o foco central das Ciências Domésticas e a unidade social que está mais intimamente relacionada com a sobrevivência e o bem-estar dos seus membros, no sentido de melhoria de qualidade de vida. Além disso, o alcance do que é chamado "qualidade de vida" está intimamente relacionado com a eficiência com que a família "realiza um certo número de serviços na vida privada dos indivíduos. Famílias fortes e bem ajustadas são capazes de proporcionar a maior parte do apoio material, econômico, emocional e social e de serviços necessários para seus membros individuais e são, por

esse motivo, indispensáveis para o desenvolvimento de nações sadias e fortes. E é justamente com o melhoramento desse apoio e desses serviços que Ciências Domésticas está fundamentalmente preocupada" (página 7).

A partir deste raciocínio, a autora entende que as Ciências Domésticas poderiam ajudar a família a utilizar os recursos físico-materiais, sócio-culturais para atingir uma melhoria de qualidade de vida através do ensino de administração familiar.

Em 1974, realizou-se em Piracicaba um seminário sobre "Novas Perspectivas das Ciências Domésticas no Desenvolvimento Nacional.

Nesse Seminário, chegou-se ao seguinte conceito das Ciências Domésticas: "Ciências Domésticas abrange, como área profissional, atividades especializadas que integram conhecimentos e técnicas provenientes das ciências, da tecnologia e das artes. Visa ao desenvolvimento harmônico do homem em seu ambiente físico-sócio-cultural, focalizando prioritariamente a inter-relação da família e seu ambiente, para efeito de análise e ação na utilização e desenvolvimento de seus recursos" (página 6).

Quanto à função das Ciências Domésticas, ela se realizaria em dois níveis:

" — no nível de subsistência, orientando atividades relacionadas com a alimentação, saúde, vestuário e habitação, de forma integrada;

— no nível da promoção humana, por meio da compreensão do desenvolvimento biológico, intelectual, emocional e social do homem e da orientação para a efetiva administração familiar e da participação orientadora em esforços para o bem-estar da coletividade" (página 7).

Estas conclusões do Seminário vêm reforçar as considerações de Cebotarev sobre a importância das Ciências Domésticas estarem voltadas para a inter-relação entre a família e seu ambiente físico-sócio-cultural, buscando uma melhor utilização dos recursos existentes neste ambiente.

Nelson (1971) adota uma conceituação que, de específico, tem uma amplitude no sentido de mostrar que as Ciências Domésticas integram conhecimentos de disciplinas de outras áreas, como: economia, sociologia, fisiologia, biologia, anatomia, química e arte. Tal contribuição teria uma finalidade dirigida para a vida da família.

Ainda segundo essa autora, "os programas de Ciências Domésticas ensinam a todos os membros da família como devem se alimentar para serem estudantes, trabalhadores e pais sadios. Além disso, ajudam a família a compreender as relações que existem entre alimentação, vestuário, habitação e saúde. Podem também ajudar as pessoas a identificar os objetivos que desejam atingir como indivíduos e como famílias. Os programas de Economia Doméstica se propõem ainda a contribuir para que as pessoas encontrem na família e na comunidade os recursos disponíveis para a realização desses objetivos" (página 1).

2.2 — Considerações a Respeito do Técnico em Economia Doméstica

Neste contexto, como situar o profissional técnico? Entendemos que, em países que atravessam uma fase de rápido desenvolvimento, surgem necessidades tanto ao nível da população quanto ao nível do mercado de trabalho que exigem a formação, também rápida, de pessoal qualificado para o exercício de certas atividades profissionais.

A formação desse técnico, no entanto, a nosso ver, não deveria se limitar simplesmente ao ensino de atividades ao nível de execução.

Na realidade, cada área do conhecimento humano orientada para a ação con-

creta produz um tipo de profissional adequadamente preparado para atuação em seu campo. Na medida em que um certo tipo de necessidade requer a formação desse profissional em menor espaço de tempo, nem por isso deveria estar sendo descuidada a sua formação integral, ainda que, em função da própria idade do aluno e do tempo disponível para aquela formação, o grau de conhecimento adquirido deva ser menor. Daí se justificar que, na atuação profissional, esteja submetido à supervisão de um elemento de formação superior. O que se deve garantir, a nosso ver, é que essa graduação não signifique a formação de um profissional pela metade, mas reflita apenas uma menor amplitude de conhecimentos. Em suma, o profissional técnico deve ser capaz de realizar todas as fases do trabalho por que passa o profissional de nível superior.

O Conselheiro Newton Sucupira, na sua *Indicação n° 52*, que originou o Parecer n° 76/75, que, por sua vez, veio complementar o Parecer n° 45/72 referente à Lei n° 5.692/71, vem corroborar as afirmações acima expressas.

De fato, afirma com razão (páginas 17-18) que manter o ideal de formação intelectual desligado da orientação prática, característico da escola secundária tradicional, nas sociedades industriais de nossa era tecnológica, é certamente incidir em anacronismo social, cultural e pedagógico. Sucupira adverte que "a cultura geral se faz necessária para servir de base à educação profissional não somente pelos conhecimentos que oferece mas também pelas qualidades intelectuais que desenvolve." (página 19).

Recorrendo ao projeto de Recomendação Revisada sobre o ensino técnico profissional aprovado pela 18ª Sessão da Conferência da UNESCO, o Conselheiro aponta para o fato de que o ensino técnico deve ser: a) parte integrante da formação geral; b) meio de acesso a um setor profissional; c) um aspecto da formação contínua (página 19). De modo especial, destacamos o item desse projeto que, ao considerar o ensino técnico e profissional como elemento fundamental do processo educativo, recomenda que esse ensino conduza "ao conhecimento dos aspectos científicos e técnicos da civilização contemporânea, de sorte que os homens compreendam seu ambiente e estejam em condições de agir sobre ele, com atitude crítica em face das repercussões sociais, políticas e ecológicas do progresso científico e técnico" (páginas 19-20).

Não há de ser, portanto, o técnico um homem forjado apenas para a aplicação de normas convencionais de seu campo de conhecimento. Sua tarefa é maior. É um profissional que deve estar apto a buscar, junto com sua clientela, soluções para os problemas que surgem dela como desafios a serem superados. Necessário se faz, portanto, que sua formação não se prenda tão-somente ao aprendizado de receitas mas busque atingir a capacidade criadora do educando no sentido de participar, ao nível do conhecimento que pode adquirir e sob a orientação de profissionais mais abalizados, de todo o processo de atuação profissional.

O conjunto do material bibliográfico, algumas entrevistas com profissionais da área e alguns pressupostos da equipe obtidos ou não através das discussões realizadas permitiram-nos chegar a estabelecer um objetivo do profissional que será adiante apresentado.

2.3— Conclusões: Objetivos e Funções do Técnico em Economia Doméstica

Os pressupostos a que nos referimos são basicamente os seguintes:

- 1 — o profissional técnico deveria ter o mesmo padrão de conhecimento e de

atuação do profissional de nível superior, ainda que naturalmente em grau menos aprofundado;

2—o técnico deveria ser capaz de analisar a realidade onde vai atuar como profissional no sentido de detectar as variáveis que interferem nessa realidade; e

3— ainda que a família seja o objetivo explícito de atuação profissional em Economia Doméstica, a ênfase dessa atuação deveria estar voltada para os elementos de integração da família com a comunidade.

O trabalho com comunidade deve ser visto como uma das mais estimulantes perspectivas de atuação do Economista Doméstico. Na verdade, num país de Características semelhantes às do nosso, em que uma grande massa populacional necessita sair do círculo econômico da doença, que acarreta inúmeros problemas de ordem sócio-econômica, tais como falta de condições ambientais em termos de saneamento, habitação, educação, desemprego, criminalidade, etc, a inserção do Economista Doméstico num trabalho com comunidades retiraria dele grande parte do potencial que possui em virtude de sua ampla formação humana e de seus conhecimentos técnicos nas áreas relacionadas com os recursos básicos que visam a melhor qualidade de vida do homem.

É evidente que ele não trabalharia isolado. De um lado, haveria a participação de profissionais de diferentes áreas, tendo-se como suposto que o trabalho com comunidade só alcança uma maior eficácia à medida que tem um respaldo de atuação de uma equipe multidisciplinar. Por outro lado, é também de natureza de um tal tipo de trabalho que as pessoas da comunidade participem de todas as suas fases e sejam capazes de, com o tempo, assumir todas as tarefas relacionadas ao desenvolvimento dessa comunidade. É trabalho, portanto, de criação e desenvolvimento de lideranças, de discussão de causas e possíveis soluções para os problemas, entre o técnico e a população. Enfim, um trabalho que exige a maior participação possível das pessoas nele envolvidas.

Na opinião de Bordenave (1974), "... embora a família seja importante, importantíssima, o mais universal e permanente dos grupos naturais humanos, nas condições que prevalecem nos países subdesenvolvidos, a família não constitui um polo gerador de mudanças e melhoramentos, mas um elemento dependente do que acontece na sociedade maior. Por esta razão, a família deve ser protegida e desenvolvida de fora através do aprimoramento dos sistemas sociais em que deve existir". E pergunta: "Será que as Economistas Domésticas conseguiriam melhorar os lares, se tudo em volta conspira contra o bem-estar básico da família? Será que as Economistas Domésticas estariam capacitadas, por sua formação, para organizar a população, ajudá-la a articular e a concretizar seus problemas, educá-la para agir na procura de uma solução?" (página 8).

Sua proposta final, em suma, é a seguinte: "Se a profissão das Ciências Domésticas adotasse como clientela principal as classes menos favorecidas, e promovesse de forma idônea e efetiva sua desmarginalização, valorização e dinamização mediante a organização, a educação e a tecnificação, brevemente a sociedade e os governos associarão a função com qualquer nome que a acompanhe" (página 18).

Deve-se ter em conta, igualmente, que comunidade aqui não é vista com as características nostálgicas de um aglomerado em que prevalecem relações sociais e econômicas primitivas, fechadas dentro de uma circunscrição espacial definida e sem relacionamento efetivo com a sociedade como um todo. Tem-se como dado que esse tipo de comunidade não existe mais, a menos que se considere alguma tribo perdida na região da Amazônia sem qualquer contato com a nossa cultura. Comunidade aqui

é vista como uma vida qualquer de periferia de nossas cidades, como um aglomerado de pequenos produtores agrícolas ou mesmo como uma pequena cidade isolada dos aspectos gerais que norteiam a dinâmica social, política e econômica da sociedade, agrupamentos esses que mantêm alguns traços daquelas comunidades primitivas, em que a solidariedade mecânica (relações face a face, vizinhança, compadrio, etc), além dos próprios problemas que afetam de modo mais ou menos igual seus membros, unifica as preocupações e as vidas individuais em torno de uma certa vida comunitária.

Deve-se ressaltar aqui a importância — constatada em diversos textos — de se ter um elemento norteador do trabalho do técnico em vista da consecução de seu objetivo.

Neste sentido, propomos como objetivo do profissional técnico em Economia Doméstica o seguinte:

— sob supervisão do profissional de nível superior, orientar a família e/ou a comunidade na tomada de decisões quanto a seleção e a administração racional dos recursos humanos, sociais e materiais disponíveis na comunidade visando a melhoria do nível de vida e integração do homem com a comunidade.

Tendo uma primeira definição do objetivo geral do trabalho do técnico em Economia Doméstica, partimos para a identificação de quais funções deveriam nortear o trabalho desse profissional para que ele pudesse atingir o objetivo proposto.

Em um trabalho de comunidade realizado por Figueira e Perim são citados como funções do técnico os seguintes itens:

— "conscientizar a comunidade da importância dos hábitos de higiene para manutenção da saúde;

— induzir a dona-de-casa à aquisição de hábitos racionais no trabalho doméstico;

— incentivar a dona-de-casa para um melhor aproveitamento dos recursos materiais e humanos da família;

— oferecer condições de aumentar a renda familiar" (página 2).

Já o documento elaborado pela Divisão Técnico-Pedagógica da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia (1976) estabelece que as funções do técnico seriam:

— "colaborar no desenvolvimento de planos, programas, pesquisas e experimentação das atividades que visam a melhorar e/ou modificar os hábitos de caráter econômico, social, educativo e de saúde da vida individual e familiar;

— executar serviços de extensão;

— exercer atividades técnicas em indústrias, comércio de vestuário, alimentação e utilidades domésticas;

— desenvolver projetos de produção e comercialização de produtos domésticos, utilizando os recursos da região;

— orientar as agências de propaganda;

— colaborar nos projetos de higiene e saúde pública;

— colaborar no desenvolvimento de cooperativas;

— prestar assistência técnica na utilização e comercialização de produtos domésticos;

— orientar, para decisão, quanto às aquisições que servem as famílias, visando o planejamento de gastos e poupança;

— executar serviços de natureza técnica de sua especialização e no âmbito de sua habilitação profissional que não estejam explícitos nos itens anteriores;

— orientar higiene, alimentação para gestantes e recém-nascidos nos postos de puericultura;

— modelista" (página 3).

Os trabalhos citados acima nos mostram uma diversidade muito grande a respeito do que se espera da atuação do técnico. Podemos observar que as funções ora são colocadas de uma forma específica, ora de uma forma muito geral. Em todas situações elas não refletem, na realidade, quais seriam as funções norteadoras do trabalho do técnico.

Na realidade, este problema levantado pode ter como causa a própria indefinição do objetivo do profissional.

Acreditamos na relevância destas funções, que para nós seriam atividades, mas precisamos obter resposta para a seguinte questão: como o técnico chega à identificação de que ele deve, por exemplo, induzir a dona-de-casa à aquisição de hábitos racionais no trabalho doméstico?

Através da análise de outros textos, verificamos que a identificação do que fazer é obtida quando do levantamento das necessidades da família e da comunidade, dos recursos disponíveis, etc. Somente após a obtenção de informações é que o técnico pode determinar o que é importante ensinar ou orientar à sua clientela para que ela possa administrar o lar de uma forma eficiente e racional.

Diante disso, e diante do objetivo por nós proposto anteriormente, seriam o seguintes as funções básicas e norteadoras do trabalho do técnico em Economia Doméstica:

1 — fazer levantamento das necessidades;

2 — analisar as informações obtidas;

3 — elaborar um plano de ação;

4 — executar o plano; e 5—

avaliar a aplicação.

Ao executar as suas funções profissionais, o técnico em Economia Doméstica deverá estar voltado para as seguintes áreas: alimentação-nutrição, arte-habitação, hi-giene-enfermagem, vestuário, puericultura e orçamento familiar.

3 - COLETA DE DADOS

A par do material bibliográfico analisado, partiu-se para segunda etapa. Para isso foi programada e realizada uma sondagem de opinião que permitisse à equipe dimensionar o atual estágio da formação do técnico em Economia Doméstica, bem como auscultar as opiniões sobre a profissão dos elementos diretamente relacionados às escolas, dentro delas ou por elas formados.

Por questão de tempo disponível e tamanho da equipe encarregada do projeto, não havia possibilidade de se executar uma pesquisa exaustiva. Cabe ressaltar aqui, no entanto, que se procurou resguardar o caráter científico da sondagem realizada. Na verdade, em vista dos objetivos comuns que norteiam a profissão do técnico em Economia Doméstica, apesar de uma certa indefinição apontada pelos textos consultados, pareceu que a sondagem atenderia os propósitos do projeto.

Preocupavam certos itens bastante específicos: um deles, os *objetivos do profissional*, outro, suas *funções* e outro, finalmente, se relacionava ao mercado de trabalho. Além desses, parecia interessante verificar o processo de implantação dos cursos técnicos de Economia Doméstica: com que objetivos, quando, em que circunstâncias. Com esses dados, a tarefa poderia ser levada a bom termo. No que se refere ao processo de seleção das escolas a serem visitadas, pareceu mais importante considerar as diferentes regiões sócio-políticas do País para, dentro delas, se escolher algumas escolas um pouco distanciadas umas das outras.

Antes, porém, da escolha das escolas, colocava-se o problema do instrumento da sondagem. A qualidade das respostas deveria ser resguardada e a linguagem do instrumento deveria ser suficientemente técnica e, ao mesmo tempo, suficientemente simples para que se evitasse, o mais possível, desvios na obtenção dos dados objetivados.

Construído o instrumento, foi ele subdividido em quatro subinstrumentos, ou seja: um para ser aplicado junto aos diretores de escolas ou coordenadores do curso técnico em Economia Doméstica. Outro para ser aplicado junto aos professores de formação geral e formação específica; um terceiro junto aos alunos do último ano e um quarto junto a profissionais, ex-alunos das escolas a serem visitadas.

Em cada escola foram entrevistados o diretor, um professor de formação geral, um de formação especial, um aluno do último ano e um egresso, sendo que o número total de participantes em todas as escolas foi de 48.

O processo de obtenção dos dados foi previsto para ser feito por gravação. Nesse sentido, foram realizados alguns pré-testes com diretor, professores, alunos e profissionais radicados na cidade de São Paulo, para que fossem efetuados os ajustes necessários.

As escolas selecionadas, de acordo com os critérios acima explicitados, foram as seguintes:

Região Centro-Oeste

Brasília-DF - Colégio de Economia Doméstica Rural de Brasília

Região Nordeste

Iguatu-CE - Colégio de Economia Doméstica Rural "ELZA BARRETO"

Vitória de Santo Antão-PE - Colégio de Economia Doméstica Rural "JOÃO CLEÓFAS"

Aracaju-SE - Colégio Agrícola "BENJAMIN CONSTANT"

Região Sudeste

Itaguaí-RJ — Colégio Técnico Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Barbacena-MG - Colégio Agrícola "DIAULAS DE ABREU"

Cafelândia-SP — Colégio Técnico Agrícola de Cafelândia

Região Sul

Ponta Grossa-PR - Colégio Agrícola "AUGUSTO RIBAS"

Ijuí-RS - Escola Municipal de 1º e 2º graus de Ijuí

Pelotas-RS - Conjunto Agrotécnico "VISCONDE DA GRAÇA" da Universidade Federal

CONFIABILIDADE E FIDEDIGNIDADE

O processo de gravação garante uma fidedignidade de praticamente cem por cento; já o critério de confiabilidade pode ser discutido, uma vez que não foi possível escolher mais de um elemento de cada categoria, por escola. Não se garante, portanto, um termo de comparação para verificar até que ponto as informações fornecidas por cada elemento correspondem à realidade. Não se deve esquecer, no entanto, que se trata de uma sondagem de opinião. Estando o interesse centrado na profissão do técnico em Economia Doméstica, o termo comparativo pode ser buscado entre as diversas categorias na escola e entre os diversos elementos de cada categoria das várias escolas. Apesar de não se poder afirmar que os resultados obtidos sejam cem por cento confiáveis, pode-se afirmar, no entanto, que detêm uma margem de confiabilidade aceitável.

É importante ressaltar que os resultados obtidos com as entrevistas, embora não tenham sido sistematicamente tabulados no seu total, serviram de base para a compreensão da situação atual da profissão e do curso de Economia Doméstica no Brasil e para o levantamento de subsídios para elaboração da proposta curricular.

3.1 — Resultados das Entrevistas

A- PARTE GERAL

A.1 — Implantação dos cursos (só para professores e diretores).

Muitos dos diretores e professores entrevistados não estavam nas escolas na época da implantação dos cursos técnicos de Economia Doméstica. Por este motivo, vários deles não sabiam informar a época em que os cursos foram implantados, mas a maior parte tinha essa informação através dos documentos de arquivo.

O mais antigo curso foi implantado em 1958 e o mais recente em 1971, de acordo com as informações colhidas. A maioria data da década de 60.

Os motivos que levaram à implantação de tais cursos variam de acordo com a opinião de cada entrevistado. Pode-se detectar, no entanto, 3 tipos básicos de motivação:

1. Do ponto de vista dos professores, atender necessidades regionais. Para os diretores, essas necessidades tanto eram da região como um todo (zonas rural e urbana), quanto da família (também das zonas rural e urbana), quanto do mercado absorvedor de mão-de-obra em extensão rural, ou de uma clientela interessada. Um dos diretores falou em movimento da comunidade, que pode ser interpretado também em termos de necessidades da mesma.

2. Dar oportunidade de Ensino e Formação Profissional, a nível secundário, para a população jovem feminina.

3. Motivos Políticos.

Há um certo consenso, entre os professores, de que as necessidades regionais e a própria clientela do curso deveriam estar relacionadas ao meio rural. Por outro lado, algumas pessoas explicitam o aspecto da melhoria da vida das pessoas desse meio, bem como o atendimento às necessidades da família e das donas-de-casa. O fator mudança de comportamento de pessoas ou comunidades está presente em algumas entrevistas.

De modo geral, tanto diretores como professores acreditam que não houve nenhum levantamento ou estudo para justificar a implantação do curso. Mesmo os que afirmam ter havido ou acreditam ter havido tal levantamento não sabem informar como foi feito. Outros se referem, muito superficialmente, a levantamentos sobre necessidades da região e sobre possível clientela do curso. Diversos entrevistados não sabem informar se houve ou não esse levantamento.

No que diz respeito às dificuldades na implantação dos cursos, a mais sentida foi a de se encontrar pessoal docente qualificado. Ninguém se referiu a dificuldades de natureza administrativa.

A.2 — Formação do Aluno

Três motivos básicos levaram os alunos consultados a fazerem o curso:

1. Propaganda através da própria escola de 1º Grau, de professoras, colegas e mesmo através das próprias mães.

2. Aspirações de ordem individual coincidentes com o conteúdo disciplinar do curso. As respostas nesse nível fazem referência, por exemplo, a anseios de aprender a cozinhar, costurar, pintar, etc. ou aprender coisas do dia-a-dia.

Uma aluna se referiu a que o curso prepara homens e mulheres para uma vida melhor e uma outra ao fato de o curso ser profissionalizante.

De modo geral, todos os alunos entrevistados acham que a formação dada pelo curso correspondeu à expectativa que tinham quando o procuraram.

Por ocasião de sua entrada no curso, os alunos já pensavam em exercer alguma função depois de formados. Pensavam em trabalhar ou no campo da nutrição, ou na área de saúde ou com decoração, ou como extensionista rural. Agora, no último ano do curso, alguns mudaram de opinião, aparecendo aspirações como fazer arquitetura, seguir a carreira universitária. Outros, mantiveram a aspiração inicial elaborando-a melhor.

Quanto a saber se o curso os prepara para exercer essas funções, entendem que sim mas não afirmam de modo categórico. Acham que dá conhecimentos básicos ou que dá uma ajuda ou os prepara mais ou menos. Um aluno chega a explicar que é a prática que vai na realidade ensinar.

A participação dos alunos nas decisões do que vai ser ensinado no curso existe, no máximo, em termos de sugestão aos professores de cada disciplina. De modo geral, os conteúdos já vêm prontos.

A.3 — Formação do Profissional

Os profissionais entrevistados se formaram de modo geral, entre 1969 e 1977. Entendem que os conhecimentos obtidos na escola estão sendo úteis para o exercício da profissão. Quando se dedicam ao magistério acreditam que os conhecimentos que obtiveram nas várias áreas, a nível do currículo do curso, são úteis para ministrar suas aulas. Por outro lado, os conhecimentos obtidos em nutrição e enfermagem estão sendo utilizados para as atividades exercidas junto a hospitais. Um dos entrevistados, exercendo a função de administrador em uma escola infantil, ressalta os conhecimentos adquiridos em administração do lar, vestuário e alimentação.

Por outro lado, não há uma opinião unânime no sentido de se considerar que os conhecimentos para atuação profissional devam ser dados pela escola. Algumas respostas, a esse respeito, permitem detectar os seguintes pontos:

- 1 — os conhecimentos devem ser adquiridos também através da vivência do trabalho; e
- 2 — a ampliação desses conhecimentos deve se dar através de leitura e intercâmbio com outros profissionais.

De modo geral, os profissionais sondados não fizeram outros cursos após o término do curso profissionalizante. Três deles os fizeram: Pedagogia (Orientação Educacional), Letras e Ciências Domésticas (com aperfeiçoamento).

B - OBJETIVOS

B.1 — Objetivos do Profissional a ser formado (só diretores e professores)

De modo geral, pelas respostas obtidas sobre a questão, parece que havia uma clareza quanto aos objetivos do profissional a ser formado, na época da implantação do curso.

Entre os professores, há uma certa consciência de que o curso técnico de Economia Doméstica deveria formar um profissional:

- a — que atuasse em áreas específicas condizentes com a sua formação, ou seja, enfermagem, nutrição, saúde, etc;
- b — ou que atuasse junto a famílias ou comunidades rurais, no sistema extensivista; e
- c — ou, finalmente, que atuasse como professor, a nível de 1º grau.

Percebe-se, no entanto, uma razoável parcela de professores que afirmam ter existido, naquela época, uma tendência a se formar donas-de-casa. Outros não conseguem perceber o que o curso objetivava quando de sua implantação.

Já os diretores tendem a responder afirmativamente a questão. Apenas um respondeu que não sabe. A busca de informações sobre o profissional a ser formado dá-se em documentos de orações oficiais ou no futuro posicionamento do profissional no mercado de trabalho. Para os diretores, o tipo ou profissional a ser formado, como se colocava na época da implantação do curso, pode ser dividido no seguinte espectro.

- a — um profissional para atuar na zona rural:
 - executando projetos de melhoria das condições da família;
 - assistindo o pessoal do campo, a família rural;
 - desenvolvendo atividades junto à comunidade na área rural;
 - trabalhando em empresas agrícolas;
- b — um profissional para atuar nas diversas áreas de Economia Doméstica (polivalente);

c— atender a família, independente do meio (rural ou urbano).

Tanto diretores como professores se dividem quanto a entender que houve modificações no objetivo do profissional a ser formado. Alguns acham que sim, outros que não. De qualquer forma, o elemento norteador desse processo de modificações, quando houve, foi o mercado de trabalho. É unânime a opinião de que basicamente contribuiu para isso a Lei nº 5.692. Diferenciam-se diretores e professores quando os primeiros apontam, também como elemento de mudança, as necessidades da região, enquanto os segundos, ao apontarem modificações naqueles objetivos que orientavam o curso para a formação de donas-de-casa, vêem os novos objetivos como que um profissional para atuar em áreas específicas ou para atuar em extensão rural ou em trabalhos de comunidades. Convém observar, no entanto, que a formação da mulher para o lar, quando se modificaram os objetivos, não desaparece, mas passa a conviver com o novo objetivo.

B.2 — Clientela, Objetivos e Áreas de Atuação do Profissional

O que se depreende da maioria das respostas dadas por todos os entrevistados é que a clientela do técnico em Economia Doméstica é constituída por pessoas do meio rural e urbano de categoria social média ou baixa, da periferia. É claro que há uma variedade de respostas e, entre elas, se detecta um sem-número de espécies de clientela. Além de pessoas, há muitas referências a famílias de agricultores, empresas agrícolas e urbanas, empresas do setor terciário, usuários de restaurantes, hospitais e fábricas.

Em relação a essa clientela, os objetivos verbalizados também obedecem a uma gama de variações. Fundamentalmente, no entanto, esses objetivos dizem respeito a uma ajuda, orientação ou ensino no sentido de uma melhor utilização dos recursos disponíveis no meio em que a clientela se situa. Essa ajuda ou orientação pode ser no sentido de formação, de habilitar a clientela, de treinamento de monitores membros de comunidade e mesmo de ensino de técnicas de produção. O objetivo, na realidade, se confunde com a própria atividade central do técnico: ensino, orientação, ajuda.

O que, de fato, seria o objetivo, foi formulado em termos de finalidade do objetivo. Ou seja, para os entrevistados, de modo geral, a finalidade do objetivo verbalizado é a busca de uma melhoria das condições de vida da clientela em termos de saúde física e mental, melhoria de produção agrícola, melhoria de hábitos alimentares, da higiene, de atendimento a necessidades.

Finalmente, as áreas de atuação do técnico em Economia Doméstica podem ser agrupadas em seis grandes itens, na opinião dos entrevistados:

1. uma área relativa a vestuário. Aqui entrariam elementos como têxtil e corte e costura;
2. uma área relativa a alimentação/nutrição, onde se situariam também culinária, preparo e conservação de alimentos;
3. uma área relacionada a saúde, ou seja, higiene/enfermagem;
4. uma área denominada puericultura.
5. uma área relativa a arte/habitação ou decoração, desenho;
6. uma área denominada administração do lar, também chamada organização do lar ou educação para o lar.

É claro que essa nomenclatura não reflete exatamente o que disseram os entre-

vistados, mas foi retirada do que verbalizaram. Pode não corresponder exatamente aos nomes academicamente formulados.

A quase unanimidade dos entrevistados, de todas as categorias, é de opinião que essas áreas de formação específica do técnico correspondem às áreas de sua atuação profissional. Essa correspondência, é justificada, de um lado, porque entendem que o técnico se encontra preparado para atuar em qualquer uma dessas áreas em virtude de sua formação, e, de outro, porque existe um mercado potencial para essa atuação. Uma outra justificativa, essa por parte de alunos, é de que o técnico precisa ensinar tudo o que aprendeu ao pessoal de baixa renda.

C- FUNÇÃO

C.1 — Passos da Ação Profissional

À primeira vista, verificadas todas as respostas, tem-se um sem-número de passos da ação do técnico em Economia Doméstica, no exercício de sua função. Podem, no entanto, ser englobados em quatro grandes passos:

1. Um passo relacionado com um certo contato inicial com o problema objeto do trabalho: levantamento, sondagem, observação, conhecimento da clientela, previsão, pesquisa. Para efeito de apresentação, chamar-se-á esse passo de *levantamento*.

2. Um passo que se exprime em termos de *planejamento*: fazer orçamento, preparação de pessoal técnico, estudo de ajuda à clientela, preparação do trabalho, programação, organização.

3. Um terceiro passo seria a própria *execução* do trabalho: aplicação do planejamento, orientação, ensino, prática das sugestões, demonstrações práticas.

4. Finalmente, um passo relativo à *avaliação* do trabalho: verificação da grande satisfação de quem encomendou o trabalho, análise, verificação dos resultados, pós-teste.

Há citação de passos que não se incluíam necessariamente nessa seqüência e que, até, não seriam propriamente passos, como é o caso da *supervisão*, a ser considerada mais uma atitude a estar presente a todas as fases do trabalho. Outros viriam como conseqüência do trabalho realizado e avaliado, por exemplo, a *reformulação*, a *divulgação* do trabalho, *elaboração* de relatórios, etc.

Os passos são descritos, de modo bem amplo, da seguinte forma:

1. *levantamento* — tanto profissionais, quanto diretores, alunos e professores relacionam o levantamento a um conhecimento preliminar da clientela: suas necessidades, potencialidades, disponibilidade de recursos, etc. Essa fase inclui contatos, reuniões, verificações de trabalhos anteriores. Para os professores, há inclusão também de uma verificação das perspectivas do trabalho do técnico, ou seja, de suas possibilidades de atuação.

2. *planejamento* — a fase de planejamento possui uma descrição básica em alguns níveis:

a— programação do que fazer (ensinar, modificar, executar);

b — propor objetivos do trabalho (inclusive verificando o que é melhor para a clientela);

c — prever os recursos necessários para o trabalho;

d — como executar o trabalho (há uma sugestão, de um professor, de que as fases do trabalho devem ser planejadas junto com a clientela).

3. a *execução*, de modo geral, é vista como a leitura de um trabalho, desde a

execução de atividades bastante práticas (preparar refeições, fazer compras) até orientação da execução por parte da clientela, através de aulas, visitas, conscientização da clientela para mudança de uma situação ou para a resolução de problemas anteriormente detectados.

4. *avaliação* - a avaliação é descrita como uma visão final do trabalho, tanto por parte do técnico como por parte da clientela. Essa visão final poderia ser uma verificação sobre se os objetivos do trabalho foram atingidos, se as mudanças propostas foram alcançadas, se os conhecimentos ensinados foram adquiridos. Implica também uma auto-avaliação por parte do técnico.

Há um certo consenso, quase unânime, de que esses passos devem ser seguidos pelo profissional técnico em Economia Doméstica em qualquer ação que realize como profissional. Há alguns entrevistados que entendem poder não ser esses os passos que necessariamente devam ser seguidos. De qualquer forma, acham que uma seqüência de passos é necessária. Foi dada muita ênfase ao planejamento como passo importantíssimo da ação do profissional.

C.2 — Conteúdo da Ação do Profissional nas Diversas Áreas

Verificada a existência, de uma correlação entre as áreas de formação escolar específica do técnico em Economia Doméstica e as áreas onde atua, indagou-se o que o técnico ensina ou orienta a sua clientela nessas diversas áreas. Eis as respostas, de maneira sucinta:

1. *vestuário* — o técnico ensinaria à sua clientela basicamente três coisas:

a — conhecer previamente o material a ser trabalho, no sentido de verificar o tipo de tecido adequado, sua qualidade, colorido, textura e a própria fibra, bem como o próprio processo de fabricação do mesmo. Esse conhecimento deve ser feito levando-se em conta o destinatário da roupa a ser confeccionada e a ocasião em que ela será usada, não somente se será festiva ou comum, como ainda em que estação climática ocorrerá;

b — a confecção da roupa, desde a fase de moldagem até o apronto final. Alguém privilegiou o apronto final. Alguém privilegiou o aspecto de ensino de processos manuais de confecções. Aqui também surgiram opiniões sobre aproveitamento de material disponível e de baixo custo, retalhos, etc;

c — o processo de restauração de roupas, de conservação, lavar e passar.

2. *alimentação/nutrição* — uma primeira preocupação do técnico em Economia Doméstica seria relacionar o ensino de noções relativas a aspectos da alimentação e nutrição com importância das mesmas para a saúde das pessoas. Além disso, mostrar como evitar que os gastos com a alimentação excedam as possibilidades do orçamento familiar. Seriam discutidos aspectos como importância da boa alimentação, calorias, aproveitamento de produtos regionais, substituição de alimentos por outros de igual valor nutritivo, etc.

Em segundo lugar, seria função do técnico em Economia Doméstica orientar o preparo e cocção dos alimentos, ensinando a como conservar o valor nutritivo dos mesmos, dosagem, elaboração do cardápio, regimes alimentares em função da idade e tipo físico e, ainda, a higiene necessária no preparo. Aqui, inclusive, entraria a parte de reconhecimento dos alimentos nos seus aspectos de qualidade, quantidade e preço para o preparo das refeições.

Haveria ainda uma parte relativa à conservação dos alimentos e mesmo à própria etiqueta, ao se servir das refeições.

3. *arte/habitação* — o objetivo de orientação nessa área específica é basicamente o de criar condições agradáveis de moradia. Inclui desde a confecção de planta baixa e escolha do terreno para construção até o próprio arranjo da casa, aproveitando-se de recursos de racionalização do espaço através da disposição dos móveis, decoração do interior com cortinas, almofadas, arranjos. O ensino aqui incluiria também a confecção desses elementos decorativos, com a utilização dos materiais disponíveis.

4. *higiene/enfermagem* — o conteúdo da ação do profissional técnico em Economia Doméstica, no que se refere à higiene, é centrado fundamentalmente em ensinar a cuidar da higiene pessoal, da habitação e da alimentação. Incluiria também o ensino da importância da higiene para a saúde física e mental.

Quanto à parte de enfermagem, seriam sobretudo noções sobre técnicas de primeiros socorros, aplicação de injeções, manutenção de farmácia caseira e de como lidar com doentes. Haveria igualmente orientação sobre a necessidade de vacinação preventiva às diversas doenças.

5. *puericultura* — esta área inclui toda a parte relacionada aos cuidados com a criança e, além disso, a própria preparação da gestante para o parto. No que se refere aos cuidados com a criança, deveria ser dada atenção aos aspectos relacionados à higiene, alimentação, vacinação e educação. Além disso, a clientela deveria ser orientada quanto ao conhecimento das diversas doenças que ocorrem na infância e ao modo especial de cuidados com o recém-nascido.

6. *administração do lar* — uma organização racional do lar seria o objeto dessa área específica da Economia Doméstica, enquanto conteúdo de orientação por parte do técnico. Incluiria como planejar o orçamento, no sentido de verificar o que comprar e de que maneira comprar, implicando na educação do consumidor. Outro aspecto também seria o da economia de tempo nos serviços de casa bem como a poupança da energia. Ainda aqui entrariam o planejamento das tarefas da casa, o cuidado com a educação dos filhos, seu comportamento e o bem-estar de toda a família.

C.3 — Participação da Clientela no Trabalho do Técnico

A maioria dos entrevistados é de opinião que a clientela deve ter uma participação passiva, isto é, deve receber a orientação e executar as tarefas que lhe são dadas pelo profissional no sentido de colocar em prática os conhecimentos adquiridos. Para isso é importante uma interação entre a clientela e o técnico, uma constante troca de experiência, contatos freqüentes. A plena realização do técnico no seu trabalho, o cumprimento de seus objetivos, depende da participação e interesse da clientela nas diversas fases do trabalho. Há entrevistados, inclusive, que advogam a tese de que a clientela deve ser objeto de estudo e pesquisa por parte do técnico, acentuando ainda mais o caráter de passividade da mesma no trabalho.

Uma outra perspectiva, detectada em algumas entrevistas, é de que a clientela deve participar do trabalho do técnico em todas as fases do trabalho, se organizando, se conscientizando e reivindicando aquilo que julga necessário para o seu bem-estar.

D - MERCADO DE TRABALHO

D.1 — Dificuldade na Obtenção de Emprego na Região

De modo geral, os entrevistados acham que existe dificuldade por parte dos

alunos formados pelas escolas de encontrar emprego na própria região. Mesmo havendo facilidade, muitos elementos saem para buscar trabalho em regiões onde há melhor remuneração.

As causas apresentadas como limitativas ao trabalho do técnico em Economia Doméstica foram:

a — falta de divulgação do curso de técnico em Economia Doméstica;

b — falta de regulamentação da profissão. Além disso, aparecem como limitativas uma certa indefinição do conceito de Economia Doméstica e do curso, além da própria limitação do mercado de trabalho.

D.2 — Atuação do Profissional

Pelas respostas dadas pela maioria dos entrevistados, grande parte dos alunos formados pelas escolas visitadas está atuando na área profissional. Quando isso não ocorre, normalmente exercem funções burocráticas em bancos, escritórios ou repartições públicas, casam-se, prosseguem o curso a nível superior dentro ou fora de sua área de formação secundária ou mesmo executam atividades em área paralela à de Economia Doméstica.

D.3 — Itens Específicos

A diretores e alunos das escolas visitadas se perguntou se a escola tem recebido proposta de emprego para os alunos. Entre os diretores, uma grande parte respondeu afirmativamente enquanto os alunos, *in totum*, responderam negativamente. Segundo os diretores, os principais empregadores são: hospitais, EMATER, prefeituras, secretarias de Estado, LBA, empresas particulares. As funções a serem preenchidas seriam as de professores ligados a área de Economia Doméstica, em diversos níveis da área de nutrição, Extensão Rural e trabalhos ligados à área de Enfermagem.

Buscou-se obter do profissional uma descrição de como se deu seu ingresso no mercado de trabalho. De acordo com o levantamento, as oportunidades do mercado de trabalho se ligam ao desempenho do técnico em Economia Doméstica principalmente durante o período de estágio. Há, portanto, uma tendência natural de selecionar o mais apto, o que é feito também através de concurso. Ocorrem, evidentemente, casos de admissão sem concurso e sem realização de estágio, quando existe carência de técnicos na área.

Outro aspecto relacionado ao profissional é aquele que diz respeito ao salário recebido. Quanto a isso, as respostas são unânimes em considerá-lo dentro de níveis razoáveis.

Profissionais e alunos desconhecem ou afirmam não existir uma associação que congregue os profissionais técnicos em Economia Doméstica, lutando pela defesa de seus interesses, como salário, colocação no mercado de trabalho, etc.

E - ATIVIDADES DOCENTES

O que o aluno aprendeu ao concluir a disciplina ministrada pelo professor? Aqui as respostas variam, dependendo da área em que o professor atua, isto é, se é professor de disciplina de formação geral ou se é professor de disciplina de formação específica.

De modo geral, os professores de formação geral entendem que o conteúdo de suas disciplinas está mais relacionado à preparação do aluno para o vestibular, apesar de alguns deles observarem que também se preocupam, ao ministrar sua disciplina, com os aspectos relativos à facilidade que devem ter no trato com as disciplinas específicas que exigem os conhecimentos que ministram.

O fato de o professor de cultura geral estar formando um profissional e ao mesmo tempo um aluno que se prepara para o vestibular cria problemas do tipo, por exemplo, de ter que privilegiar a parte referente à preparação para o vestibular, a fim de evitar uma fatal evasão de alunos.

Quanto aos professores de cultura específica, justamente pelo fato de ministrarem disciplinas de cunho profissionalizante, conseguem expressar o conteúdo das mesmas, no sentido que seus alunos aprenderam ao término de sua exposição.

Veja-se, por exemplo, o conteúdo do aprendizado de três dessas disciplinas:

— *decoração*: identificação do terreno; estruturação da casa; interpretação e análise da planta da casa e aspectos de decoração;

— *vestuário*: utilização correta da máquina, da linha e do tecido; desenho e interpretação do modelo; traçado de moldes; corte, costura e acabamento;

— *alimentação*: valor da alimentação; escolha, classificação, divisão, utilização, preparo e aproveitamento dos recursos da região; distinção entre os vários tipos de dietas e valoração da alimentação natural; alimentação nas diversas faixas etárias; cálculos calóricos e diferenciação da alimentação de alto, médio e baixo custo; técnicas de preparo e cocção de alimentos e planejamento de refeições (organização de cardápios, serviços de mesa e etiqueta à mesa).

Os equipamentos e instalação utilizados pelos professores de formação geral se reduzem a salas de aula, giz, papel, lápis, livros e, eventualmente, recursos audiovisuais.

Já os professores de cultura específica dispõem de maiores recursos em virtude da exigência de conteúdos práticos. De modo geral, dispõem de laboratórios especializados em suas respectivas áreas de interesse.

Assim, a disciplina Arte/Habitação conta com régua, pranchetas, aproveitamento de casas em construção. A disciplina Vestuário dispõe de laboratório de vestuário e têxteis, contendo máquinas de costura, mesas, manequins, espelhos, ferros elétricos e todo material relativo a corte e costura. As disciplinas relativas à área de alimentação e nutrição, por seu termo, contam com laboratório específico, composto normalmente de copa, cozinha e dispensa, montado com os equipamentos próprios, inclusive o instrumental eletro-doméstico.

A grande maioria dos professores de cultura geral afirma que os equipamentos e instalação de que dispõem são insuficientes para o efetivo desenvolvimento de seus programas. Já o contrário ocorre com os professores de cultura específica, cuja maioria entende que esses equipamentos e instalações são suficientes.

Tanto os professores de cultura geral quanto os de cultura específica relatam uma preocupação em relacionar o conteúdo programático de suas disciplinas com as necessidades da região e com as características da população. Não conseguem, no entanto, mostrar como isso se dá em termos concretos.

Finalmente, no que diz respeito à preocupação, da escola, de uma integração interdisciplinar, a maioria dos professores de cultura geral entende que isso se dá por meio de:

- contatos informais entre professores de cultura geral e os de cultura específica; e
- reuniões entre professores da mesma área.

Os professores de cultura específica, por sua vez, descrevem algumas formas como se dá esse processo:

- a integração de disciplinas é feita por parte da direção e de alguns professores;
- nas reuniões pedagógicas, procura-se estabelecer uma integração e uma seqüência das diversas disciplinas; e
- nas reuniões onde cada professor dá sugestões relativas aos programas dos outros professores.

F - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Ao final das entrevistas, deixou-se em aberto a possibilidade que as pessoas se expressassem sobre problemas de ordem geral relacionados ao curso e à profissão do técnico em Economia Doméstica. De modo global, podem-se destacar as seguintes observações:

- deveria haver uma maior preocupação com as horas destinadas à parte prática do curso;
- ressentem-se de uma falta de maior divulgação do curso e da profissão;
- foi detectada a importância do estágio para obtenção de emprego;
- propôs-se a criação de uma associação destinada a divulgar o trabalho do técnico no meio urbano;
- a polivalência da profissão bem como a ajuda do profissional de Economia Doméstica às populações oriundas de classe baixa e a utilização dos conhecimentos obtidos no curso por donas-de-casa, que o fizeram, foram considerados elementos de satisfação;
- o técnico em Economia Doméstica pode exercer atividade docente em cursos não formais ligados à área de Economia Doméstica;
- é muito sentida a falta da formação pedagógica no curso;
- uma sugestão feita constantemente foi sobre a necessidade de unificação dos currículos nas diversas escolas;
- em virtude de salários baixos, há dificuldade de se contratar pessoal docente qualificado;
- o curso é visto como destinado principalmente à clientela do sexo feminino;
- o professor de cultura geral sente-se muito alheio ao curso;
- há sugestões de se organizarem projetos comercializáveis executados pelos próprios alunos, com lucros para eles, e aumento de verba para manutenção da escola;
- entende-se que o curso tem como fator positivo o fato de formar orientadores da comunidade; e
- os órgãos supervisores das escolas deveriam fornecer mais subsídios e maior orientação, principalmente na fase de implantação do sistema.

4-CONCLUSÃO

Inicialmente, cabe salientar que uma proposta a nível de implantação ou reformulação de um currículo pedagógico "só poderá ser devidamente compreendida, no âmbito do processo educacional, se for vinculada aos objetivos gerais da educação no seu contexto sócio-político e econômico". (Penteado, 1979, pág. 189)

Ao considerarmos a situação sócio-político-econômica do Brasil, encontramos diversificações extremas. A composição regional do País inclui vastas regiões agrárias, bem como urbanas, diferenciadas quanto ao clima, solo, meios de produção etc. O contingente humano, conseqüentemente, acompanha as especificidades regionais, quer quanto a sua distribuição como quanto às características culturais.

No aspecto populacional, podemos verificar que uma grande porcentagem da população apresenta, ainda hoje em dia, carência em setores como habilitação, alimentação, vestuário, saúde, educação etc. A observação destes aspectos nos permite compreender melhor as condições de vida dessa população. Um dos principais fatores que pode ser apontado como responsável pelas precárias condições de vida da maioria dos brasileiros é a distribuição desigual da renda. Esta constatação pode ser verificada empiricamente através da concentração da renda em poder apenas de uma pequena parcela da população.

Não podemos desconsiderar que vários projetos a nível governamental estão sendo feitos através de secretarias, ministérios e outros órgãos públicos. Porém, a elaboração desses projetos e, em alguns casos, a sua própria aplicação, deixam a desejar a nível de melhoria do padrão e das condições de vida da população.

De fato, de acordo com o II PND, observa-se que, na estratégia de Desenvolvimento Social, são objetivos governamentais:

- garantir a todas as classes e, em particular, às classes média e trabalhadora substancial aumento da renda real;

- eliminar no menor prazo os focos de pobreza absoluta existente, principalmente na região semi-árida do nordeste e na periferia dos grandes centros urbanos.

Dessa maneira, podemos identificar que a preocupação governamental está calcada em um dos principais fatores que pode ser apontado como responsável pelas precárias condições de vida de grande parte da população, que é a distribuição desigual da renda.

Conseguir padrão melhor de vida para grande parte da população implica, além de uma distribuição mais eqüitativa de renda, uma infra-estrutura governamental a nível de saneamento, transporte, habitação, assistência previdenciária, mercado de trabalho etc, no atendimento das diversas áreas carentes: saúde, habitação, alimentação, vestuário e educação. Por isso, os projetos educacionais não deveriam estar desvinculados dos outros projetos governamentais. Somente um trabalho conjunto, integra-

do, terá condições de minimizar os problemas existentes nessas áreas carentes.

Nesse sentido, salientamos que os setores educacionais deverão estar alerta, planejando a formação de um profissional voltado para atuar nestas áreas prioritárias.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento dessa população não se concretiza apenas por se dar assistência à mesma.

É necessário, principalmente, educar essa população no sentido de conscientizá-la de suas necessidades, de como explorar de uma forma mais adequada os seus recursos e/ou criar novos recursos na comunidade, que estariam respondendo a essas necessidades.

Em relação a esta problemática, seria interessante observar projetos como o de "Capacitação de Mão-de-Obra Rural", desenvolvido pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) em convênio com o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural. Este projeto tem como objetivo "atender os municípios e localidades mais carentes onde é mais difícil e raro chegar alguma informação ou assistência ao homem que se dedica ao trabalho da terra".¹ Considerando preocupações dessa natureza e o modo de vida de grande parcela da população, verificamos a importância do profissional técnico em Economia Doméstica e a necessidade de incrementar a sua formação voltada para uma atuação nessas áreas de subsistência.

Considerando, ainda, os dados obtidos na análise bibliográfica e que a maior parte das pessoas entrevistadas afirma que a atuação desse profissional se daria a nível da família e também a nível de comunidade, podemos delimitar o seguinte perfil do técnico em Economia Doméstica:

Objetivo Geral do Técnico em Economia Doméstica

Levar a família e a comunidade a um melhor padrão de vida sócio-econômico-político através de uma maior conscientização de suas necessidades ensinando-as a melhor explorar os seus recursos e/ou criar novos recursos na comunidade e que estariam respondendo a essas necessidades.

Principais funções do técnico em Economia Doméstica Decorrentes da Análise. 1 — A nível familiar

- a) levantar necessidades, disponibilidades de recursos, estrutura familiar, etc;
- b) analisar os dados obtidos;
- c) planejar sua atuação;
- d) rever com a família o seu planejamento e realizar possíveis alterações caso sejam necessárias;
- e) orientar a família na execução do planejamento;
- f) avaliar com a família o planejamento;
- g) avaliar o trabalho realizado.

2— A nível de comunidade

- a) fazer levantamento das necessidades familiares e da comunidade, disponibilidade de recursos públicos e privados, mercado de trabalho, lideranças da comunidade, projetos governamentais, etc;
- b) analisar os dados obtidos;

Jornal de Brasília-DF, de 22/6/79.

- c) planejar sua atuação;
- d) rever com a comunidade o planejamento (possíveis alterações);
- e) orientar a comunidade na execução do planejamento;
- f) avaliar junto com a comunidade;
- g) avaliar o trabalho realizado.

3— A nível de trabalho com outros profissionais

- a) fazer um levantamento dos projetos e planos de atuação de outros profissionais para aquela comunidade ou região;
- b) analisar os dados obtidos;
- c) planejar sua atuação a nível da família e comunidade com o objetivo de integrar seu projeto aos dos outros profissionais;
- d) rever seu planejamento com outros profissionais (possíveis revisões do planejamento);
- e) rever com a comunidade o planejamento;
- f) orientar a comunidade e a família na execução do planejamento interdisciplinar;
- g) avaliar junto com a família, comunidade e outros profissionais;
- h) avaliar o trabalho junto com os outros profissionais;
- i) avaliar o trabalho realizado.

A separação acima foi utilizada no sentido de definir a atuação desse profissional e sua clientela. Porém, no momento em que é enfatizada a melhoria no padrão de vida da população, a categoria social dessa clientela também é delimitada como sendo de baixa renda familiar do meio rural e de periferia de centros urbanos, carentes de recursos nas áreas de subsistência.

Esta delimitação a nível de atuação do profissional e da sua clientela com a qual irá trabalhar pode ser constatada também nos dados das entrevistas. A maior parte das pessoas entrevistadas afirma que a atuação do profissional se daria a nível da família no meio rural e periferia de centros urbanos de nível sócio-econômico médio ou baixo e também a nível de comunidade.

Dado esse perfil, não cabe a formação de um profissional a nível de executor de técnicas, mas sim de um profissional que participe de todas as fases que compreendem a elaboração de um projeto, desde a fase de levantamento até a fase da avaliação do trabalho.

Salientamos, também, que uma proposta de atuação junto à comunidade pode em alguns momentos se interpor com a atuação de outros profissionais como por exemplo o assistente social. Neste caso, vale considerar a delimitação de campo de atuação dos dois profissionais e de que forma poderiam estar trabalhando conjuntamente em projetos interdisciplinares.

4.1 — Variáveis que Devem ser Consideradas na Montagem de um Currículo

Ao planejarmos a implantação de uma determinada habilitação, devemos ter bem definidos alguns critérios que venham a auxiliar na escolha da região mais carente em relação àquela habilitação. Com isto, estaremos garantindo de alguma forma que as necessidades daquela região serão respondidas por aquela habilitação.

Esses critérios que nortearão a escolha do local mais adequado podem ser obti-

dos a partir de uma análise do levantamento das características da região onde a habilitação será implantada.

Este levantamento pode ser equacionado da seguinte forma:

- características geográficas da região: atividade econômica rural; atividade econômica urbana;
- características da população: organização familiar; necessidades e recursos disponíveis; nível sócio-econômico; fluxo inter-regionais;
- caracterização dos recursos da região: hospital, escolas, igreja; previsão de serviços a serem oferecidos; levantamento de profissionais na região;
- mercado de trabalho: atual; potencial;
- diretrizes da política educacional em termos de leis e pareceres.

O levantamento destes dados deverá dar subsídios para uma análise conclusiva sobre a necessidade de implantação de uma habilitação como também de reformulação de um curso técnico.

No caso específico do curso Técnico em Economia Doméstica, o estabelecimento de critérios para a escolha do local mais adequado deveria ser feito através da análise dos dados de caracterização da região tendo como referencial o objetivo geral dessa profissão: levar a população a um melhor padrão de vida sócio-econômico-político através de uma maior conscientização de suas necessidades, que a leve a uma melhor exploração de seus recursos e/ou criação de novos recursos na comunidade e que estariam respondendo a essas necessidades.

Através dos relatos das entrevistas, pudemos observar que a justificativa para a implantação de alguns cursos de Economia Doméstica foi definida pela necessidade de atender à região em termos de:

- dar oportunidade às moças de prosseguirem os estudos a nível de 2º grau;
- formação de jovens para o lar, no sentido de ajudar o esposo no orçamento familiar;
- preparação de moças para atender o mercado de trabalho da região;
- formar moças para atuarem em fábrica de confecção de roupas, hotel, etc;
- assistência a famílias rurais;
- permitir o ingresso na faculdade;
- poucas escolas na cidade.

A partir desses dados, podemos identificar alguns fatores relevantes para uma reflexão mais crítica, como por exemplo:

1. a utilização de variáveis isoladas, como por exemplo, mercado de trabalho;
2. uma escola voltada para a formação de mulheres.

Ao lidarmos com variáveis isoladas como justificativa para implantação de um curso, corremos o risco de perder de vista uma atuação mais ampla e relevante do profissional a ser formado. Isto pode acarretar conseqüências do tipo:

- formação de um profissional com alto nível de especialização, levando a um afastamento do objetivo de atuação mais ampla a nível de integração família-comunidade;
- limitação da atuação do profissional levando à migração para outras regiões;
- fechamento de escolas devido a uma saturação do mercado de trabalho.

Na medida em que se obtém uma caracterização mais ampla da região onde a escola será implantada, garantimos, de certa forma, uma operacionalização das necessidades reais e das potencialidades da comunidade. Esta operacionalização, além de nos fornecer critérios de prioridade para escolha do local onde montar um curso, nos auxilia também na elaboração do currículo escolar.

Sabe-se que um currículo especifica as condições necessárias para se atingir os objetivos educacionais.

Considerando que o currículo é o meio para se atingir objetivos educacionais, torna-se necessário que esses objetivos sejam definidos de uma forma clara. Lidar com objetivos bem definidos nos permite identificar critérios para seleção de conteúdos programáticos, atividades de ensino e de avaliação.

Com os dados de realidade obtidos pelo levantamento efetuado anteriormente e com o objetivo geral da profissão, cabe à escola perguntar: quais habilidades o meu aluno deverá aprender para que possa atuar adequadamente como profissional?

Quando pensamos em uma atuação adequada, pensamos que a escola, além de formar um profissional que responda às necessidades do mercado de trabalho local ou regional, também deveria se preocupar em formar um profissional que detectasse as variáveis que interferem nessa realidade de forma a propor uma atuação mais crítica. Dessa forma, esse profissional estaria dando a sua parcela de contribuição junto à comunidade para melhorar seu padrão de vida.

Na montagem de um currículo, essa pergunta pode ser respondida de diferentes formas, dependendo dos objetivos da escola. Um dos aspectos que nos chama a atenção a partir dos dados coletados é que algumas escolas demonstram uma reformulação na montagem de seus currículos, porém, quase sempre vinculado ao mercado de trabalho oferecido na região. Por exemplo, em alguns momentos tem como objetivo uma formação específica para mulheres voltada para o lar; em outros, voltada para atuar em fábricas de confecção de roupas, restaurantes, hospitais, EMATER, prefeituras, etc, apresentando um grau de especialização nas áreas de conhecimento do curso técnico em Economia Doméstica.

Este tipo de formação pode acarretar problemas como:

- formação de profissionais somente do sexo feminino;
- competição no mercado de trabalho com outros profissionais especializados na área. Como conseqüência, o próprio técnico em Economia Doméstica é levado a procurar uma maior especialização a nível superior; e
- distanciamento deste profissional em relação ao seu objetivo de atuação mais ampla a nível de família-comunidade.

Revisões ou mesmo reformulações de currículos apresentados pelas escolas indicam uma flexibilidade desejável uma vez que estão inseridas em uma sociedade que está sofrendo constantes reformulações e mudanças, seja a nível tecnológico como também a nível de projetos governamentais.

Porém, algumas escolas alteram seu currículo no sentido de responder a um mercado de trabalho ou a necessidade de uma classe de empregados interessados em um tipo de profissional. Para nós fica a questão: podemos abrir mão de habilidades intrínsecas da formação de um profissional somente pelo que o mercado de trabalho solicita? Podemos nos aprofundar na formação de um profissional só de um sexo a despeito de sabermos que a formação deste profissional, a nível de habilitação, permite ser de formação e atuação para ambos os sexos? A formação de um profissional envolve toda uma política educacional mais ampla do que os interesses de algumas camadas sociais. O aprendiz passa três anos de sua vida se dedicando a uma formação que lhe dará aptidão, conhecimentos para uma atuação e um posicionamento para o resto de sua vida. Portanto, a formação acadêmica deste aprendiz deveria, além de permitir que obtivesse informações e habilidades relativas a sua área de estudo, ter a função de dar conhecimentos mais amplo no sentido de manipular, criticar e propor novas técnicas de atuação. Suas habilidades específicas não são aprendidas na segunda-feira de cada semana, mas sim cada informação ou

descoberta ocorrida durante toda uma semana e no decorrer dos três anos seria vista como um todo para o aprendiz.

Pensando, ainda, na formação deste técnico a nível de 2º grau, observamos que, em pareceres feitos pelo próprio MEC (através de emendas desde a elaboração da Lei nº 5.692/71) e em trabalhos publicados (ver Cunha, 1977) a Lei nº 5.692/71 apresenta dificuldades a nível de harmonizar os seus dois objetivos básicos: profissionalização e preparação para o vestibular. Portanto, cabe à escola, no momento de definir os objetivos educacionais e de integrar as disciplinas de formação geral e especial, equacionar esses objetivos e, através de críticas, propor, a nível de pareceres, a viabilidade ou não de sua execução.

Relacionado ao aspecto de trabalho interdisciplinar do técnico em Economia Doméstica com outros profissionais para uma maior atuação principalmente junto às famílias-comunidade, salientamos que este profissional responderia a interesses a nível de secretarias, prefeituras, fundos assistenciais, departamentos de Agricultura, EMATER, e demais órgãos governamentais.

Neste caso, esses órgãos deveriam incluí-lo nos seus quadros de funcionários, uma vez que seu trabalho visa a uma melhoria do padrão de vida de toda uma população e não apenas à ênfase dada por alguns setores privados.

Este trabalho teve como objetivo estudar a habilitação técnica de Economia Doméstica, numa tentativa de detectar os elementos norteadores na montagem de um currículo dessa habilitação. Portanto, se apresenta como uma proposta a ser discutida e debatida a nível de diretores, professores e alunos das escolas técnicas de Economia Doméstica, secretarias e profissionais da área com o objetivo de se levantar fatores que aqui não foram ressaltados, condições necessárias de viabilização da proposta, avaliação da proposta e demais aspectos pertinentes a este estudo. Desse modo, este trabalho deveria ser encaminhado às escolas e secretarias onde, através de seminários de discussão, pudéssemos ouvir o maior número possível de profissionais envolvidos neste projeto educacional para a revalidação necessária.

5- BIBLIOGRAFIA

- ESTADO DA BAHIA, Secretaria da Educação e Cultura, Divisão Técnico-Pedagógica, Seção de Currículo. *Técnico em economia doméstica*, 1976. xerox.
- BORDENAVE, Juan Díaz. *Proposta de um novo rumo profissional para as ciências domésticas*. Piracicaba-SP, 1974, apostila.
- CAMARGO, Irfe Vieira de. *Programa para educação de economia doméstica do Estado de São Paulo*. Secretaria da Educação e Cultura do Estado de São Paulo — Departamento de Ensino Agrícola, 1970. mimeo.
- CEBOTAREV, E. A. *Algumas idéias sobre Ciências Domésticas e outras disciplinas "auxiliares"*. 1974. mimeo.
- CUNHA, Luiz Antonio C. R. *A profissionalização do ensino médio*. 2. ed., Rio de Janeiro, Livraria Eldorado Tijuca Ltda. 1977. p. 171-197.
- FIGUEIRA, Antônio Brandão e PERIM, Maria da Luz Fernandes. *Projeto de integração escola-comunidade* — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, s. d. mimeo.
- FONTOURA, Amaral. *Introdução à Sociologia*. 1966. p. 322-323.
- FOSTER, Mary Louise. *Economia Doméstica no Ensino Secundário*. Rio de Janeiro, USAID/ BRASIL, s. n. t.
- MEDINA, Carlos Alberto de. "Inter-relação de fatores que afetam a família e o processo de desenvolvimento do País". *Anais do Seminário sobre Novas Perspectivas das Ciências Domésticas no Desenvolvimento Nacional*. São Paulo, Piracicaba, 1974.
- NELSON, Linda. *Ciências domésticas na reforma agrária*. Apresentado no Seminário Latino-Americano sobre Reforma Agrária e Colonização, 1971. mimeo.
- PENTEADO, José de Arruda. *Didática e prática de ensino*. Ed. McGraw-Hill do Brasil Ltda., 1979, p. 189-208.
- SUCUPIRA, Newton. *Indicação nº 52. Pareceres do ensino de 1º e 2º graus*. s. n. t. xerox.